

• ANAIS •



ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA

22 A 26 DE JULHO DE 2019

TEMA:

O ARQUIVO E SEU FAZER NA MANUTENÇÃO
DA DEMOCRACIA:
ATUAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICA



**CENTRO ACADÊMICO DE ARQUIVOLOGIA MARIA ODILA KAHL FONSECA
EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA**

ANAIS DO XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA

O arquivo e seu fazer na manutenção da democracia:
atuação, sociedade e política

NITERÓI
2019

Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (23.: 2019: Niterói, RJ)

EXPEDIENTE

Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca – CAArq/UFF

Endereço: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social (R. Prof. Lara Vilela, 126 - São Domingos, Niterói - RJ, 24210-590).

Comissão editorial

Gabriel Barros - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Lohayne Soares - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Paulo Alencar - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Julia Nunes - Graduanda em Arquivologia – UFF, Brasil.

Editores técnicos

Gabriel Barros

Lohayne Soares

Paulo Alencar

Designer editorial

Gabriel Barros

Avaliadores

Alexandre Faben Alves

Asy Pepe Sanches Neto

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

Cecilia de Araujo Capetine Fiore

Cláudio Muniz Viana

Fabiana Costa Dias

Fernanda Bouth Pinto

Genevieve da Cruz de Cerqueira

Isabela Costa da Silva

Juliana Loureiro Alvim Carvalho

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral

Roberta Pimenta da Cruz Mendonça

Sérgio Matias da Silva

Silvia Lhamas de Mello

Thayron Rodrigues Rangel

Avaliadores (premiação)

Alexandre Faben Alves

Aline da Mata Daudt

Amanda Marissa Soares da Silva

Ana Cláudia Lara dos Santos Coelho

Bruna Gomes Borges Barcellos

Juliana Loureiro Alvim Carvalho

Lorena dos Santos Silva

Raíra Lima Alves

Capa

Museu de Arte Contemporânea, Niterói, RJ – Brasil

Foto: Paulinho Muniz
(<http://culturaniteroi.com.br/macniteroi/>)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca – CAArq/UFF ou de qualquer um de seus membros.

O conteúdo e escrita dos textos presentes nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610/1998).

E56o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia: O arquivo e seu fazer na manutenção da democracia: atuação, sociedade e política (23.: 2019: Niterói, RJ)

XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, Niterói, RJ - 2019: o arquivo e seu fazer na manutenção da democracia: atuação, sociedade e política: anais - Niterói: CAArq/UFF, 2019.

PDF (202 p.) : il. color

1. Arquivologia – Estudantes – Encontro. I. Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca. II. Título.

CDD: 020

FICHA TÉCNICA

Centro Acadêmico de Arquivologia
Maria Odila Kahl Fonseca –
CAArq/UFF

Gestão 2017/2018

Presidência

Rodrigo Corrêa Sant'anna

Vice-presidência

Lucas Mesquita Marcílio Soares

Secretaria

Caroline Lage Soares Lessa

Direção de Finanças

Júlia Nunes de Sousa e Silva

Direção de Comunicação

Gustavo Maçulo de Queiroz Rocha

Direção de eventos

Matheus Sonegheti do Nascimento

Direção de Assuntos Acadêmicos

Lorena Abreu da Silva

Direção de Relações Externas

Viviane de Azevedo Magalhães

Executiva Nacional de Estudantes
de Arquivologia – ENEA

Gestão 2018/2019

Coordenação Geral

Adriana Andréa Carvalho (FURG)

Lucas Thierry Monte Verde Silva
(UFPA)

Coordenação ENEArq

Lucas Mesquita (UFF)

Vivianne Magalhães (UFF)

Coordenação Acadêmica

Carol Perruche (UNIRIO)

Jonatan Dias (UNIRIO)

Coordenação Sócio/Cultural

Ana Luiza Batista de Vargas (UFES)

José Nilton Silva dos Santos Junior
(UFBA)

Victor Simonato Filho (UNESP)

Coordenação de Memória

Gisele Arcanjo (UFMG)

Victória Savino (UFAM)

Coordenação de Comunicação

Clara Christina Miranda Sobral
(UFPA)

Janiere Barbosa Oliveira (UEPB)

Júlia Mendes de Araújo Santana
(UEPB)

Mirna Galiza (UFBA)

ORGANIZAÇÃO XXIII ENEARQ

Coordenação Geral

Lucas Mesquita
Viviane Magalhães

Secretaria

Carolina Lage
Lorena Abreu

Coordenação Financeira

Gustavo Maçulo

Coordenação Científica

Gabriel Barros
Júlia Nunes

Coordenação de Infraestrutura e Logística

Rodrigo Sant'Anna

Coordenação de Comunicação

Gabriela Fontenelle
Ingrid Albuquerque

Coordenação Social e Cultural

Clarice Ferreira
Matheus Soneghetti

Coordenação Esportiva

Larissa Reis
Nathalia Brito

Colaboradores

Aline Cristina Cruz dos Santos
Ana Carolina de Almeida Sá Pinto Pires
Ana Clara Figueiredo de Assis
Clara Ferreira Rodriguês
Daniel Paráizo Barros
Eduarda Marise da Silva cicero
Fabrício Gouvêa
Gabriella Barros Alves

Graziella dos Santos Cardoso Fagundes
Higor Menezes Valente
Jessica Lorena P. S. da Silva
João Victor Macedo de Oliveira
Julia da Silva Felício
Julliane Pereira Narcizo
Larissa Reis da Silva
Larissa Tavares de Freitas Alvares
Levi Carvalho Ribeiro
Lia Hibary Horikawa
Lohayne Emerick Soares
Lohrenna Larissa de Souza Araújo
Luiz Felipe Alves da Silva
Luiza Pires Martins
Mariana Marins Pinto
Matheus Rodrigues Garcia de Almeida
Milena Teixeira Pôssas
Natália Bruno Rabelo
Paula Rodrigues de Souza
Paulo José Viana de Alencar
Priscila Cezario dos Santos
Sabrina Peixoto Teixeira
Suzana Bianca da Paixão Vieira
Thaís de Almeida Pereira Lopes
Thamiris Ledig de Carvalho Pereira
Vitória Barboza de souza
Wanessa Rodrigues de Souza
Yasmim Oliveira

PRÊMIOS E HOMENAGENS

Prêmio “Anna Carla Almeida Mariz”

Profa Dra Margareth da Silva

Professoras homenageadas

Profa Dra Esther Hermes Lück

Profa Dra Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Melhor trabalho – Eixo I

“O ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA” – Juliana Maia Mendes e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Melhor trabalho – Eixo II

“ACERVO FOTOGRÁFICO (FÍSICO) DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – MUFPA: MÉTODOS DE PRESERVAÇÃO ENCONTRADOS NA INSTITUIÇÃO” – Carlos Daniel do Amaral Dias Junior

Melhor trabalho – Eixo III

“O MANUSEIO DE DADOS PESSOAIS: UM DESAFIO AO FAZER ARQUIVÍSTICO” – José Augusto Bagatini e José Augusto Chaves Guimarães

Melhor trabalho - MONOARQ

“PARA QUEM E PARA QUE?: O ESTUDO DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO CEMITERIAL DO CAMPO SANTO DO ESTADO DA BAHIA” – Leide Mota de Andrade

APRESENTAÇÃO

No tema central do encontro a palavra “arquivo” possui o sentido polissêmico de “documento de arquivo” e “instituição arquivística” e, por isso, pretende-se significar o protagonismo desses na manutenção da democracia. Dessa forma, por ser o documento de arquivo um registro fidedigno da ação que o gerou, entendemos que esse, no contexto democrático, é capaz de garantir transparência das ações governamentais e públicas, além de representar proteção aos direitos dos indivíduos em uma sociedade. E por isso, também, é de suma importância ressaltar o papel das instituições arquivísticas, especialmente as públicas, na salvaguarda destes registros documentais.

Isto posto, compreendemos a relevância do fazer arquivístico, seus métodos, técnicas e teorias clássicas e contemporâneas, para o debate, defesa e apresentação de meios para gerir e preservar os documentos e instituições arquivísticas no cenário político-social em que se inserem.

Apresentamos aqui então os **Anais do XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia**. Anais estes que são o reflexo do fôlego, envolvimento e esforços que os estudantes de Arquivologia no Brasil vêm desenvolvendo, e assim contribuindo para o fazer e o pensar da ciência do arquivos.

Contudo, defendemos que obras como essa servem não só para registrar o conhecimento acadêmico e científico, mas também para manifestar a magnitude da união estudantil. Afinal, é um orgulho para toda a comunidade arquivística brasileira que o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia aconteça todos os anos, ininterruptamente, desde o ano de 1997.

Gabriel Barros

Coordenador Científico do XXIII ENEArq

SUMÁRIO

EIXO I - DO PROTAGONISMO DISCENTE AO ASSOCIATIVISMO E REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL	13
ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL NA ARQUIVOLOGIA: um estudo de caso do Centro Acadêmico “Benedito Nunes” de Arquivologia da Universidade Federal do Pará - LUCAS THIERRY MONTE VERDE SILVA e GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS	14
REFLEXÕES SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO (2006 – 2013) - GABRIEL VABO e RAFAEL SOARES CARVALHO ALVIM	19
O ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - JULIANA MAIA MENDES e CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT	25
MEDIAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: análise crítica sobre o ensino - NATHÁLIA FRAGOSO e MARIELLE BARROS DE MORAES	30
EIXO II - O FAZER ARQUIVÍSTICO: DA GÊNESE À PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL	36
PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS MICROFILMADOS: análise das práticas no acervo de microfilme da Cinbesa - GISELE LIMA E SILVA	37
PERSPECTIVAS DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO: uma abordagem sobre a classificação de documentos - JOSUÉ COSTA DE OLIVEIRA	42
O DOCUMENTO AUDIOVISUAL NA ARQUIVOLOGIA: definições e problemas encontrados - MATHEUS RODRIGUES GARCIA DE ALMEIDA	47
A EVOLUÇÃO DO ARQUIVO E DA ARQUIVOLOGIA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA - IZABELA CAROLINE DA SILVA ARAUJO	52
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO NA DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL - EMANUELLE FRANÇA DE AVIZ e CLARISSA GABRIELLE IPIRANGA CORRÊA	56

INDEXAÇÃO E TECNOLOGIA: princípios básicos e avançados no Tribunal de Justiça do Pará - JAQUELINE DA COSTA LOPES	60
ACERVOS JURÍDICOS: uma experiência acadêmica no Tribunal de Justiça do Estado do Pará - MAISA MONTEIRO DE OLIVEIRA e KEILA SIQUEIRA DE BARROS	64
MICROFILMAGEM COMO SUPORTE DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: um estudo no acervo do centro de registro e indicadores acadêmicos da UFPA (CIAC) - ELY ANNE MONTEIRO ANDRADE e LUIS FELLIPE LOUREIRO FARIAS ...	70
ACERVO FOTOGRÁFICO (FÍSICO) DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – MUFPA: métodos de preservação encontrados na instituição - CARLOS DANIEL DO AMARAL DIAS JUNIOR	75
GESTÃO DOCUMENTAL NO PROTOCOLO DO CENTRO DE REGISTRO E INDICADORES ACADÊMICOS - FERNANDA DI PAULA SOUSA DA CRUZ	80
A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL: uma perspectiva de análise sobre a falsificação do prontuário de identificação civil - MILTON BEZERRA GOMES NETO e GILBERTO GOMES CANDIDO	83
ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB SOBRE GESTÃO DOCUMENTAL - MARIA DO SOCORRO FERNANDES OLIVEIRA	89
CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: uma história do acervo de microfilmes da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - BEATRIZ FERREIRA FRANCO	94
IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E ESTUDO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS NA COLEÇÃO TEXTUAL DO NÚCLEO DE MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - KALINKA BRANT DA SILVA e GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA	99
GESTÃO DE DOCUMENTOS E FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS EMPREGADAS NA SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DE BELÉM/PA - CHRYSYTHIAN KEWIN NAIFF LIBÓRIO	104

GESTÃO DE DOCUMENTOS: a Avaliação Documental como função e/ou tarefa na (des)construção de um contexto arquivístico - **RUBEM DA SILVA XERFAN** 110

GESTÃO DOCUMENTAL EM ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: diagnóstico do arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT/Belém) - **GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS e IANE MARIA DA SILVA BATISTA** 115

PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DE OBRAS RARAS DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA): o caso Severa Romana - **RUAN DENNER GOMES DE CASTRO** 120

A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E SEU LUGAR NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS: o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte - **SUELLEN ALVES DE MELO** 121

PARA QUEM E PARA QUE?: o estudo dos documentos do arquivo cemiterial do Campo Santo do Estado da Bahia - **LEIDE MOTA DE ANDRADE** 123

EIXO III - ARQUIVO, SOCIEDADE E POLÍTICA: O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVO E AS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E DE ACESSO 124

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS - **YORRANA HINGRYD CALAZANS e MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM** 125

UMA VIAGEM NO TEMPO POR MEIO DOS LONG PLAY's: a fonoteca Satyro de Mello preservando a história e a memória musical e promovendo a difusão arquivística - **CLARA CHRISTINA MIRANDA SOBRAL e MARILENE ANDREZA GUERREIRO DE SOUZA** 129

ARQUIVOLOGIA E COMUNICAÇÃO: dois olhares sobre a memória institucional - **DANIELE AUGUSTA DOS SANTOS SILVA** 133

O PAPEL DOS CENTROS DE INFORMAÇÃO/ARQUIVOS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE RACIAL - **GABRIELLA BARROS ALVES** 137

ACESSO À INFORMAÇÃO: perspectivas no Arquivo Médico da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - NAYANE ARNAUD DA VERA CRUZ e EMILLY AMANDA CHUCRE DE CAMPOS	143
O PAPEL SOCIAL DA ARQUIVÍSTICA NO COMBATE ÀS FAKE NEWS - ALAN DE OLIVEIRA CORREIA E BRUNA LESSA	148
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE - RENAN TRINDADE DA CRUZ e MARIA LEANDRA BIZELLO	153
O ACESSO À INFORMAÇÃO E OS ARQUIVOS: a LAI e o papel social dos arquivos públicos - NATÁLIA BRUNO RABELO e VANESSA STEMBACK PAZ ..	158
O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTOS POR MEIO DA LAI - LETICIA DE JESUS NASCIMENTO	165
O MANUSEIO DE DADOS PESSOAIS: um desafio ao fazer arquivístico - JOSÉ AUGUSTO BAGATINI e JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES	170
POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS: os desafios históricos para sua consolidação e a atual situação no cenário brasileiro - SHANNA DE OLIVEIRA RANGEL e EVELYN ALVES SOARES	177
TRADIÇÃO DAS GINCANAS EM VERA CRUZ: a Arquivologia como meio de recuperação de uma memória social - ROBERTA WAGNER	182
MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E INFORMAÇÃO - MIRNA GALIZA e DEREK TAVARES	187
MÍSTICA, ROMANCE, PROFECIA: Arquivo Público Municipal de Marília como laboratório da história da cidade - IRENE BERNARDO e MARCIA CRISTINA DE CARVALHO PAZIN VITORIANO	192
DESINFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: discussões e possibilidades na Arquivologia - ANA ROBERTA PINHEIRO MOURA	197

RELATO DE PALESTRA: REPRESENTAÇÕES E SENTIDOS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS ARQUIVOS E NA ARQUIVOLOGIA - JACQUELINE RIBEIRO CABRAL	198
---	------------

POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS: os desafios históricos para sua consolidação e a atual situação no cenário brasileiro

Shanna de Oliveira Rangel (shanna_oliveira@hotmail.com)¹;
Evelyn Alves Soares²

¹Graduanda em Arquivologia. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

²Graduanda em Arquivologia. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

RESUMO

O debate sobre a Política Nacional de Arquivos tem se apresentado cada vez mais necessária nos dias atuais, pois mesmo tendo alguns avanços ainda há um grande desafio para concretização da mesma na sociedade brasileira. Dessa forma, a proposta deste estudo tem como objetivo uma reflexão sobre os processos de reconhecimento e valorização dos arquivos no percurso da construção da Lei 8.159/1991 que dispõe da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Assim, busca-se, através de uma revisão bibliográfica e da pesquisa documental, discutir e fazer alguns apontamentos sobre a construção dessa política, da memória nacional do país e os desafios frente ao contexto vivenciado pela sociedade brasileira em relação a essa questão.

PALAVRAS-CHAVE: Política Nacional de Arquivos; Arquivos públicos e privados; Memória Nacional.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo central apontar brevemente algumas questões sobre os processos de construção que antecederam a Lei 8.159/1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, durante o período da ditadura civil-militar, uma vez que os arquivos sobre a história política do país ganharam mais destaque nesse período.

Assim, foi durante a década de 1980, que entraram em cena os debates sobre a constante necessidade de se ter uma lei de arquivos nacional e sua consolidação como forma de garantia do direito a memória, preservação e acesso à informação.

Somente no ano de 1991 que surgiu a Lei 8.159 para enfrentar algumas questões que diziam respeito aos arquivos, sua memória, preservação e a informação. Ora, algumas questões se colocam para serem pensadas: É possível garantir uma lei que esteja respaldada no direito à memória nacional e sua preservação? Ou a constituição dessa lei ainda se encontra limitada diante da realidade em que está posta? Essas e outras questões permeiam o atual debate para entender algumas críticas sobre os arquivos brasileiros e sua relação com a proposta da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados.

Com intuito de tratar sobre a temática e entendendo que ela abrange um leque de questões a serem debatidas para avançar na proposta de estudo, faz-se necessário contextualizar os processos que antecedem sua constituição e os seus desdobramentos nos dias recentes. Para tanto, além da introdução e conclusão, primeiramente, tratamos de identificar brevemente a situação dos arquivos na década de 1980. Em seguida, evidenciamos a questão da memória e da identidade nacional como parte constitutiva de um processo que exige dos arquivos um olhar crítico sobre a realidade para consolidação da cidadania e, conseqüentemente, da memória e dos direitos, bem como sua importância na preservação dos documentos.

METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos metodológicos, o trabalho tem como base a pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica, pois a “ideia” de fazer uma revisão bibliográfica é apresentar os “interlocutores” com os quais o pesquisador irá travar parte do seu debate tentando não negligenciá-los (BARROS, 2009).

Além disso, foi feita uma pesquisa documental, sendo “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5), buscando levantar alguns documentos no que diz respeito a Lei 8.159/1991 para pontuar a questão arquivística proposta.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O arquivo Nacional brasileiro passava por um período complexo na década de 1980. Franco (1986) pontua que era necessária uma proposta radical de trabalho frente ao que estava colocado naquele momento, incluindo um novo perfil institucional e que recuperasse as funções primordiais do arquivo – servir de apoio administrativo ao poder público, pesquisa e desenvolvimento cultural; garantir ao cidadão acesso ao conhecimento, informações e provas de seus direitos -, bem como a necessidade de elaboração de uma lei de arquivos no Brasil.

Dessa forma o primeiro passo foi assegurar uma nova sede capaz de garantir a preservação dos documentos atuais e recolhimento de outros, a fim de modernizar o arquivo nacional (FRANCO, 1986). O objetivo dessa proposta, considerada uma

proposta radical de trabalho, era

[...]reunir novas informações, identificar problemas ligados ao estabelecimento das prioridades do arquivo nacional como órgão central do sistema de arquivos, bem como a definição de procedimentos técnicos a serem adotados pelos arquivos públicos estaduais e municipais, no exercício de suas funções de coordenação local (FRANCO, 1986, p. 35).

A política de modernização do arquivo público como um conjunto de ações, procedimentos e técnicas a serem executadas foi considerada uma experiência inédita, uma vez que esse período foi marcado pelas principais conquistas do arquivo nacional, pois significou o credenciamento da instituição como centro difusor de conhecimento e de metodologia especializada na preservação e tratamento de arquivos (FRANCO, 1986).

Entretanto, o debate sobre a implementação e formulação de uma política de arquivos públicos e privados permanecia em foco. Havia ainda grandes obstáculos para construção da memória nacional, diante da situação pela qual vinha sendo tratada a documentação histórica do país, refletindo assim os as dificuldades de conceber uma sociedade democrática, pois a democracia passa também pela constituição de uma autêntica memória nacional (GARCIA, 1986).

A memória nacional estava diretamente ligada a construção da democracia, e esta, por sua vez, era o que viria a garantir a cidadania, ou seja, a garantia de direitos dos sujeitos frente à sociedade. Assim, Garcia (1986) sinaliza que era preciso romper com a burocracia e conservadorismo para se referenciar numa história, sendo a participação dos sujeitos imprescindíveis, enquanto sociedade civil, para que essas mudanças pudessem ocorrer.

Para tanto, em 1984 foi criado o Programa Nacional de Preservação da documentação Histórica, objetivando formar a identidade cultural da nação e apoiar a preservação dos registros que marcaram a atuação das comunidades nos processos econômicos, sociais e culturais, em que o papel do Estado era fundamental, bem como o apoio da sociedade civil, com intuito de garantir políticas de acesso e um trabalho com uma visão descentralizada (ANTUNES, RIBEIRO, SOLIS, 1986). Esse programa enfrentava muitas questões que não seriam resolvidas de imediato, pois a memória do país encontrava-se fragmentada, eram diferentes memórias que poderiam ser localizadas na esfera pública ou privada, limitando sua constituição por completo, e mais ainda, dificultava o trabalho de

preservação desses documentos para construção da memória.

As três últimas décadas que sucederam o país naquele período, marcado pelo autoritarismo e falta de democracia⁷ impulsionaram a questão da preservação documental no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A busca pela democratização da sociedade brasileira invadiu a cena e por isso os pesquisadores, a população procurou conhecer os acervos documentais públicos e também privados na tentativa de conhecer a história do Brasil e lutar pela cidadania e por direitos (BASTARDIS, 2012).

Havia uma grande necessidade de reconstituir o vazio deixado na história do país, necessidade de preservação da documentação e, acima de tudo, a democratização da informação tão censurada durante a ditadura. Neste contexto, Bastardis (2012), destaca que além dos problemas quanto a questão de preservação da memória havia também iniciativas para preservar a documentação e dar acesso a história contemporânea do país, isto é, aquilo que vinha acontecendo recentemente na sociedade brasileira. Marcado por muitas contradições, depois de uma série de iniciativas que foram importantes, mas que se esgotaram somente em 1991, quando já ocorrerá a democratização é que surge a Lei 8.159 que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos públicos e privados, dando consolidação ao um processo de luta histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar desse grande avanço a Lei que dispõe da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados encontra diversas limitações. Essas limitações podem ser verificadas no cotidiano através, por exemplo, da correlação de forças e interesses políticos nas instituições, ausência de recursos materiais e humanos, falta de formação e qualificação profissional, entre outros. Isso dificulta a construção e preservação da memória. O fato de ter uma Lei que regulamenta essa política pode ser considerada como parte fundamental e indispensável desse processo, porém, infelizmente ela por si só não permite sua consolidação, eficácia e todas outras questões que vislumbramos aos arquivos. Mas, é fato que precisamos continuar reivindicando constantemente essa pauta no cenário arquivístico atual para avançar na proposta, reafirmando sempre sua necessidade e importância para o conjunto da

⁷O período entre 1964 a 1985 foi marcado pelo Golpe Civil-Militar que configurou a denominada ditadura no Brasil.

sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Gilson; RIBEIRO, Marcus Vinicius Toledo; SOLIS, Sydney. O programa nacional de preservação da documentação histórica. **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, n. 21, p. 45-47, 1986.

BARROS, J. A. A revisão bibliográfica: uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. Instrumento: **R. Est. Pesq. Educ.**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 103-111, jul./dez. 2009

BASTARDIS, Jean. **O Programa nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para preservação de arquivos no IPHAN**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CIVIL_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Uma proposta radical de trabalho. **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, n. 21, p. 33-38, 1986.

GARCIA, Marco Aurélio. A memória nacional aprisionada. **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, n.21, p. 43-45, 1986.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

